A S. Ex.cia o Sr. Presidente Português,

TC 2037

Dr. Mário Soares

Sr. Presidente,
Excelência!

EM nome do CEL/FA (Conselho Executivo da Luta, da FRente Armada), orgão executivo do CNRM que comanda a luta no terreno, nas montanhas de Timor-Leste, e do CEL/FC (Comité Executivo da Luta, da Frente Clandestina), órgão executivo do CNRM, responsável pela Frente Clandestina, desejamos vir, antes de tudo:

- Saudar a V. Ex.cia, o Sr. Presidente da República, pela Sua generosa dedicação que tem prestado e está prestando à luta do mártir Povo de Timor-Leste e pela atenção especial com que a V. Ex.cia vem dedicando à causa do nosso Líder Máximo, este militante da liberdade e amante da paz, XANANA GUSMÃO, o Cmdt-das-FALINTIL, tendo-lhe manifestado solidariedade impar de que nós somos amplamente reconhecedoras e pela qual Vos manifestamos a nossa mais sincera gratidão;
- Saudamos também através de V. Ex.cia, os Orgãos de Soberania Portuguesas, a Assembleia da República, à S. Ex.cia o Primeiro Ministro e todo o Executivo Português, os partidos políticos, os parlamentares e individualidades que também souberam manter fiéis às responsabilidades constitucionais da Nação Lusa para com Timor-Leste.

A Resistência do mil vezes heróico Povo Maubere contra a ocupação indonésia tem como objectivo sagrado a Libertação da Pátria Maubere e a reaquisição do seu direito negado, o direito à auto-determinação e independência nacional. Nesse contexto, a consciência a que muitos ou alguns portugueses adquiriram dessa realidade fazem-nos alhearem-se da luta deste mártir Povo, pois pensam que se trata de uma questão apenas do Povo de Timor-Leste porque se trata de sua libertação.

Todavia, se é verdade que o objectivo da nossa luta não é e nem será a perservação da herança cultural portuguesa em Timor-Leste, podemos por outro lado, afirmar que um Timor-Leste independente poderá representar um baluarte da expressão da cultura lusa na Insulíndia.

[illegible] emoção ao Povo Ir-

Nessa retrospectiva, não podemos esquecer também um passado coroado de uma ineficácia total da diplomacia portuguesa e uma imperdoável irresponsabilidade dos orgãos de soberania portugueses que permitiram ou favoreceram esse longo calvário do Povo de Timor Leste. Os meios de comunicação social não cumpriram o papel de informar correctamente e estavam indiferentes com a tragédia por que passou a luta do Povo Maubere, tragédia essa que a imprensa internacional levava ao luma de quando em vez.

Enquanto isso, isto é, enquanto os que assumiam responsabilidades constitucionais perante a Comunidade Internacional em defesa dos princípios universais se calavam nas suas "prudências", podemos cântactar com profunda gratidão o papel que vários grupos de solidariedade, de entre os quais destacamos a CDPM, desempenharam tão desinteressada[illegible] e incansàvelmente à luta do nosso mártir Povo Timorense em defesa da verdade, da paz e da justiça, agitando a opinião publica tanto portuguesa como internacional, concentrando esforços e planeando acções que visem mobilizar essa opinião pública, em defesa dos direitos fundamentais do Povo de Timor-Leste.

Sr. Presidente!

Ao procurarmos identificar os erros do passado, não move alguma intenção de fazermos apreciações depreciativas sobre o que, em abono da verdade, somos forçados a reconhecer. Fazemo-no no intuito de alertar consciências para a necessidade de correcções, porque já são 18 anos e meio de dificílima resistência com consequências dramáticas e há que pôr fim a essa tragédia pois hoje se verficam esforços que manchem a honra da Nação, ao tentarem sacrificar a coerência da potência administrante em troca de benefícios económicos e comerciais traindo a luta do Povo Maubere.

Temos noção mínima de justiça e afirmamos saber reconhecer o que Portugal tem feito e está fazendo em defesa da causa dos timorenses.

Desde que o Sr. Presidente assumiu a mais alta magistratura da Nação Lusa, podemos constatar, com gratidão, a devoção de V.Ex.cia à causa timorense, do destino do seu Povo e do nosso Líder Máximo, o Cmdt-das-FALINTIL, XANANA GUSMÃO, que V. Ex.cia tão honrosamente o condecorou herói nacional, no dia de Portugal.

Podemos presenciar também um propósito cada vez mais firme e um aturado esforço dos Orgãos de Soberania Portugueses, a Assembleia da República, o Executivo Português, de entre outros, do Sr. Primeiro Ministro e do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros no cumprimento leal das obrigações portuguesas para com Timor-Leste.

Não podemos deixar de registar, com alegria, uma louvável preocupação e um envolvimento responsável dos parlamentares , dos políticos e dos partidos e também individualidades que souberam honrar as responsabilidades constitucionais de Portugal com relação a Timor-Leste=e queríamos reconhecer também uma maior acção dos orgãos de informação portugueses na cobertura da situação de Timor-Leste, informando

agitando a opinião pública doméstica e mundial.

Por tudo isso, S. Ex.cia, Sr. Presidente, reconhecemos sentir hoje menos sós na nossa luta, apesar da crítica situação que o inimigo nos impôs nesses últimos dois anos, na tentativa de fazer calar a voz da Resistência do Povo Maubere, voz essa que de Portugal muitos se juntaram à ela. Sentimos hoje o calor da solidariedade política e moral de Portugal e compreendemos hoje, com mais clareza, que na luta pelo direito, pela razão, pela verdade, justiça e paz, não há fronteiras que nos separa, estamos posicionados nas mesmas trincheiras de combate contra a tirania dos opressores, contra a brutalidade dos ditadores, contra a obsessão dos colonialistas.

Estamos profundamente gratos, Sr. Presidente, porque sabemos hoje que, já não estamos a lutar sòzinhos, a sofrer e a morrer em silêncio, na nossa própria sorte, por um destino pelo qual Portugal assumia responsabilidades constitucionais.

Pelos esforços combinados, Portugal e a Resistência Timorense, nao só soubemos manter a questão de Timor-Leste na Agenda da ONU mas conseguimos ultrapassar essa fase, passando a fase de solução.

Sob a égide das Nações Unidas, vem decorrendo negociações entre Portugal e Indonésia, no contexto da Resolução 37/30 da Assembleia Geral da ONU de '82, para a bueca de uma solucao internacionalmente aceitável para Timor-Leste, negociações que sempre redundaram em fracasso porque os timorenses nunca tomaram parte nesse diálogo, apesar de sermos os mais interessados. Pensamos que nisso reside o cerne da questão.

Aproxima-se a próxima ronda negocial e Jacarta permanece inflexível na sua postura de não admitir a participação dos timorenses no diálogo.

Há que por isso mesmo tomar medidas para levar a Indonesia a aceitar a participação dos timorenses no diálogo para a solução do conflito. Os últimos acontecimentos do Medio Oriente e o mais recente acontecimento na Bósnia demonstram como as Nações Unidas ou organizações internacionais como a NATO de que Portugal é membro de plenos direitos, podem desempenhar acções mais eficazes para obrigar o país em questão o total cumprimento das resoluções adoptadas tanto pelo Conselho de Segurança como pela Assembleia-Geral da ONU. A descarada violação das resoluções da ONU pela Indonésia não pode ser de excepção.

Todavia, os grandes interesses económicos, políticos e geo-estratégicos apenas tornam impossível o recurso ao meio militar tanto do ponto de vista de capacetes azuis como de recurso à NATO por Portugal para além de que no plano regional não existe um país disposto a empreender na defesa e implementação [illegible] do recurso à força.

É por isso mesmo que para solução [illegible] do problema timorense defendemos a solução diplomática, a solução negociada, guiando-nos sempre pela moderação, porque para ela é a alma do diálogo.

O CNRM avançou o "diálogo sem pré-condições" e reforçou-o com a última proposta de Paz, aceitando negociar a autonomia do terri-

tório na Indonésia. Apelamos a Portugal para assumir o último plano de Paz do CNRM como sendo o mais objectivo e realista, tomando e activando como seu, não só mas levar a ONU a assumir uma mesma postura.

A intransigência de Jacarta tem os seus limites. No xadrez político/diplomático, os factos provam que ninguém deseja revelar as suas fraquezas e esforça-se por aparentar força na fraqueza. Jacarta não está em posição de força para rejeitar o último plano de paz do CNRM que não só tem aceitação de todos os timorenses mas ganha simpatia da Comunidade Internacional. O regime de Jacarta inevitàvelmente terá que aceitar pas e preciso tomar medidas eficazes para levar a Indonésia a aceitá-la. Esperamos que a perspicácia e astúcia da diplomacia portuguesa venha a levar a Comunidade Internacional a pressionar Jacarta para uma mudança da política de posturas.

Há que por isso mesmo identificarmos a importância dos problemas e as soluções que visem ajudar a solução da questão de Timor-Leste, de difícil solução:

Temos por isso mesmo como prioridade:

I - 1. Uma clarificação da posição portuguesa sobre o Plano da Paz do CNRM, tomando como seu e activando-o e buscando o apoio internacional à esse Plano de Paz.

a.1. A libertação completa e incondicional de XANANA GUSMÃO, que apesar de prisioneiro, reafirmamos-Lhe a nossa confiança total, entregando-lhe de novo as capacidades jurídico-institucionais como Líder Máximo do CNRM e Cmdt-das-FALINTIL.

a.2. A libertação de outros líderes e prisioneiros políticos.

a.3. O envolvimento directo do Cmdt-das-FALINTIL, XANANA GUSMÃO, no diálogo, possibilidade oferecida pela sua localização actual.

2. Para a implementação do Plano de Paz do CNRM, temos como prioridade, a disponibilização por parte de Portugal, de uma verba para:

a.2.1. O financiamento do "lobby" conseguido pelo CNRM, nos EUA.

a.2.2. O estabelecimento de mais "lobbys" sediados juntos de organizações internacionais, de Estados, regiões e países com grandes poderes de intervenção na solução das questões mundiais.

a.2.3. O financiamento da Resistência no interior de Timor-Leste, capacitando-a para novas e decisivas acções que visem alterar a situação.

a.2.4. O financiamento da Resistência no plano externo através da representação extrna do CNRM.

3. [illegible] não curtos resultados

dos positivos e práticos que facilitem a solução política do fundo, nós propomos a Portugal para exigir da ONU a imposição de condições para o prosseguimento de novas negociações de entre os q quais, a participação directa da Direcção Máxima da Resistência, na pessoa do Cmdt-das-FALINTIL, XANANA GUSMÃO ou o Dr. RAMOS-HORTA, Representante Pessoal do Cmdt-das-FALINTIL e Representante Especial do CNRM, e imprescindível.

4. Reafirmamos a nossa rejeição a todas as iniciativas de diálogo sobre Timor-Leste fora do contexto das Nações Unidas e da potência administrante legal e confirmamos sem capacidade legal para representar a Resistência, todos os politicos ou individualidades timorenses que tenham actuado fora das competências legais conferidas pelo CNRM, tomando e rejeitando por nulo qualaquer decisões que forem tomadas por eles nessas negociações.

Desejamos reafirmar que a violação dos direitos humanos em Timor leste e a característica fundamental da Resistência Maubere pelo qué sustentamos que enquanto não for resolvida a questão de fundo, nunca poderá haver melhoria de respeito pelos direitos humanos.

Nesse contexto, apelamos a Portugal para nunca se contentar com a solução de aspectos secundários do problema, concentrando-se sempre na discussão e busca de solução ao problema politico de fundo.

Ao terminar, fazemos votos para que, do empenhamento inteligente e astuto da diplomacia dos negociadores portugueses, seja encontrada finalmente a solução global para o problema timorense.

É tudo e desejamos enviar-Lhe os nossos melhores cumprimentos e com muito respeito e alta consideração, subscrevemo-nos,

Pel. O C.N.R.M.,

Nino Konis Santana — Xeri Laran Sabalae

Membro do CNRM e Chefe do CEL / FA — Membro do CNRM e Sec. do CEL / FC

No interior de Timor-Leste, aos 31 de Março de 1994.-